



1.26 • Conjuntura internacional

GEOECONOMIA NO MAR DO SUL DA CHINA

Leonel Miranda

COM PRAGMATISMO E VISÃO ESTRATÉGICA, a República Popular da China (RPC) vem pautando o seu comportamento na cena internacional com recurso a instrumentos de *soft power*, como a geopolítica e a geoeconomia. A RPC está confortável com as alianças políticas e com as parcerias económicas que vem construindo em todos os continentes. As situações do Tibete e do Xinjiang, aparentemente, estão controladas, embora estejam longe de estar resolvidas. A China mantém a questão de Taiwan em “fermentação lenta”, até ser resolvida sem perda de face por qualquer das partes e está hoje muito focada na consolidação da cooperação com os países do seu arco fronteiriço, procurando, assim, construir um grande espaço de influência política e segurança económica e militar.

É nesta perspectiva que deve ser entendido o cada vez maior empenho de Pequim no reforço da Organização de Cooperação de Xangai, que resultou numa iniciativa da RPC, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão com vista à delimitação de fronteiras comuns, a que se juntou, em 2001, o Uzbequistão, e da qual são também hoje membros países tão importantes como a Índia e o Paquistão, sendo a Turquia (um Estado-membro da NATO) e o Irão candidatos à adesão. A segurança e a integração económica são os principais objetivos da organização¹.

Neste caminhar de vários sentidos, que dão corpo à estratégia de ambição chinesa, não se pode omitir a importância para a RPC do que está a acontecer na Península Coreana com as negociações entre as duas Coreias e o encontro entre Donald Trump e Kim Jong-Un, o que, em ambos os casos, não seria possível acontecer sem o apoio da China, a qual, em termos económicos e mesmo políticos, terá muitos benefícios a registar com a provável redução das sanções económicas impostas ao regime coreano pelos EUA e por outros parceiros comerciais.

Desenha-se, assim, cada vez mais um espaço de forte influência chinesa que as autoridades de Pequim querem consolidar e ambicionam mesmo ampliar, como resulta do projecto da Nova Rota da Seda – *One Road, One Belt* – que, se realizado na dimensão anunciada, possibilitará uma crescente integração económica entre a Ásia e a Europa e representará um exercício de geoeconomia de elevado interesse político², só comparável com as iniciativas de Barack Obama quando lançou as parcerias Transatlântico e Transpácifico³. No mesmo exercício de construção de uma grande área de cooperação económica transcontinental deve ser entendida a aproximação entre a RPC, o Brasil e a África do Sul, que, com a Índia e a Rússia, formam o grupo dos BRICS⁴. No momento em que este grupo actuar colectivamente será um bloco

poderoso a nível internacional.

Tendo aderido ao multilateralismo em 2005 pela voz de Hu Jintao, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, e reconhecido os benefícios da globalização para o comércio internacional por intermédio de Xi Jinping, na reunião de 2017 do World Economic Forum em Davos, a China, no que alguns vêem ser um desafio às instituições criadas em Bretton Woods, tem nos últimos anos estado envolvida na criação e desenvolvimento de instituições financeiras especializadas e de vocação universal, como o New Development Bank e o Asian Infrastructure Investment Bank e dá cada vez mais sinais de que política e ideologicamente está preparada para competir no sistema internacional de economia liberal construído nos últimos dois séculos e meio pelos países ocidentais. A mesma leitura tem de ser feita nos sinais que também vai dando de ambicionar a liderança de qualquer das instituições de “governo mundial”, como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, de cujas políticas e funcionamento é muito crítica, no que é acompanhada por outros países das chamadas economias emergentes.

“
 (...) a China está empenhada em consolidar uma estratégia geoeconómica centrada em projectos estruturantes para a região, como linhas de caminho-de-ferro ou centrais de energia nuclear.”

O espaço crítico desta estratégia é a região Ásia/Pacífico e, principalmente, o Sudeste Asiático. No primeiro caso, devido à forte influência e interesses dos Estados Unidos da América (EUA) em países como a Coreia do Sul, o Japão e as Filipinas, onde têm importantes bases militares e elevados interesses estratégicos e, no segundo, devido à desconfiança dos países da orla do mar do Sul da China relativamente ao que classificam como projectos expansionistas da RPC para impor a sua soberania sobre a quase totalidade dos cerca de 3,5 milhões de quilómetros quadrados que o delimitam. A área considerada como território soberano pela China está sinalizada pela famosa linha dos nove traços, que eram onze quando, em 1948, o Governo do Kuomintang publicou um mapa com a cartografia da região. Esta geometria alterou-se ainda sob o colonialismo francês na Indochina,

em 1953, no momento em que Zhou Enlai, então primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, decidiu eliminar dois dos traços iniciais, o que se traduziu na renúncia da RPC à soberania sobre o golfo de Tonkin.

Esta situação também é motivo de conflito com os EUA, que vêem aí uma tentativa da RPC para criar limitações de navegação na região, o que levou já a um confronto armado com o Vietname e motivou uma queixa das Filipinas, em 2013, perante o Tribunal Internacional sobre os Direitos do Mar contra a RPC. A China tratou este processo com displicência, afirmando não ser competência daquele Tribunal questões de soberania. Indiferente à posição chinesa, o Tribunal arbitral, constituído nos termos da Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar de 1982 – para o qual a RPC não nomeou representantes –, apreciou a questão e decidiu que a China não tem base legal para reivindicar direitos históricos dentro da linha dos nove traços, “pois não há evidência de que historicamente tenha exercido controlo exclusivo sobre as águas ou recursos ali existentes”. As diferentes variáveis desta estratégia geopolítica transpõem para a acção prática a ambição chinesa de aceder ao estatuto de superpotência, para o que é importante o domínio do mar do Sul da China. Este espaço, além de garantir a instalação e o funcionamento de toda uma estrutura de defesa militar, paramilitar e electrónica que protege em primeira linha o sofisticado complexo aeronaval e de comunicações da ilha de Hainão, garante também o acesso aos vastos recursos minerais e de pesca ali existentes e que têm vindo a ser valorizados com a possibilidade da produção de gás a partir do hidrato de metano, um mineral abundante na área. Ainda, e como parte deste percurso mas também como meio para garantir a sustentabilidade do modelo de “economia socialista de mercado”, a China desenvolveu uma estratégia de criação de redes de influência política e de interdependências económicas e financeiras, que lhe permitem o acesso às fontes de fornecimento de matérias-primas, aos mercados e ao saber⁵.

Convém aqui referir que, a par da segurança militar, os grandes problemas da região e também da China são hoje a segurança humana, na sua dimensão alimentar, energética e ambiental, cuja solução depende, em boa parte, do entendimento que vier a ser encontrado para a gestão dos recursos existentes no mar do Sul da China.

É no contexto deste ecossistema político, económico e financeiro que a RPC vem, desde há décadas, ocupando os espaços deixados vazios pelo colonialismo ocidental no Sudeste Asiático (e mais recentemente em África), desenvolvendo na região uma estratégia geoeconómica

de envolvimento étnico que, apoiada nas redes de comércio e investimento dos milhões de chineses da diáspora, tem conduzido à criação de um ambiente que favorece as pretensões chinesas no mar do Sul da China. Perante este poder multidimensional e omnipresente em todos os países da região (nem sempre bem aceite pelas populações indígenas), compreende-se melhor porque a China prefere negociações bilaterais acerca do conflito que ali mantém com os países ribeirinhos, nomeadamente Vietname, Filipinas, Malásia, Brunei e Indonésia, e não multilaterais no âmbito da ASEAN⁶, como defendem estes países.

Desta estratégia sinocêntrica faz parte a competição com o Japão, que sendo uma potência regional é também, desde há muito, um influente parceiro económico dos países do Sudeste Asiático. Esta situação dificulta, mas não anula, a ambição chinesa de criar, a partir da província de Yunnan e da Região Autónoma de Guangxi, na fronteira com Myanmar e o Vietname, uma região pan-asiática de grande integração económica que inclua todo o Sudeste Asiático, para o que é necessária uma presença muito forte das empresas chinesas na economia regional e uma elevada participação de capitais chineses no financiamento dos programas de desenvolvimento.

Como lastro financeiro para esta estratégia estão as reservas da China em moeda estrangeira no montante de 3161,5 biliões de dólares americanos (USD) (Março 2018), e um fundo soberano (*China Investment Corporation*), com activos que, em Outubro de 2017, atingiam 900 000 milhões de USD. Estes números são símbolos de uma soberania financeira que tem expressão política no montante da dívida americana detida pela China, que no início deste ano era de 1,17 biliões de USD, bem como num cada vez maior volume de investimento directo estrangeiro chinês em diferentes países.

Movendo-se no quadro de valores da filosofia confucionista, a China vem cultivando uma imagem de não interferência nos assuntos internos de outros países e de não alinhamento com poderes que humilham, o que lhe permite manter um diálogo de cooperação, mesmo numa situação de conflito como é a do mar do Sul da China. Percebendo perfeitamente “que o caminho faz-se caminhando”, a China vem fazendo desse diálogo um instrumento para aumentar a sua presença nas economias do Sudeste Asiático e, assim, ganhar influência política. A crise financeira asiática de 1997 e o apoio dado à recuperação económica dos países afectados foi o momento que marcou a consolidação de uma relação que lhe permite ser hoje o primeiro parceiro comercial da ASEAN e ter acesso a um mercado de quase 635 milhões de consumidores. Permite-lhe ainda beneficiar de sinergias geradas por uma economia em que são cada vez mais e maiores as “bolsas” de conhecimento e que, de acordo com a OCDE⁷, cresceu 5,1% em 2017 e 5,2% em 2018. Este movimento de trocas comerciais, que começou

por ser errático e bilateral, faz-se hoje no âmbito de acordos negociados entre a RPC e a ASEAN e que visam uma cooperação económica mais ampla, nomeadamente a criação de uma zona de comércio livre e a promoção do investimento. A dinâmica assim criada conduziu à deslocalização maciça da produção chinesa baseada em mão-de-obra intensiva e baixos salários para países como o Vietname, Myanmar e outros, mas também, e mais importante, à participação de grandes empresas estatais chinesas em projectos de infra-estruturas nos diferentes países da região. Dispondo da mais avançada tecnologia mundial em comboios de alta velocidade e de condições singulares para a negociação de contratos no modelo BOT (Building, Operate and Transfer), a China está empenhada em consolidar uma estratégia geoeconómica centrada em projectos estruturantes para a região, como linhas de caminho-de-ferro⁸ ou centrais de energia nuclear⁹.

“ (...) a China utiliza o seu poder económico e financeiro para ganhar influência política e criar um ambiente que favoreça as futuras negociações sobre a gestão dos recursos do mar do Sul da China. ”

Sem caminhos alternativos, que não sejam os abertos pelas “ferramentas” do *soft power*, mesmo que por vezes “decoradas” com símbolos de *hard power* (como a presença de forças militares e paramilitares na região), a China utiliza o seu poder económico e financeiro para ganhar influência política e criar um ambiente que favoreça as futuras negociações sobre a gestão dos recursos do mar do Sul da China, o que os países do Sudeste Asiático (um *colonial constructs*)¹⁰ não estão em condições de rejeitar. ■

Notas

- ¹ Rick Rowden, Jawaharlal Nehru University, disponível em <http://speri.dept.shef.ac.uk/2017/09/04/the-shanghai-cooperation-organization-the-biggest-international-organization-youve-never-heard-of/>
- ² A racionalidade económica deste projecto tem sido questionada por diversos autores. Veja-se, por exemplo, Peyrouse & Raballand, in *Eurasian Geography and Economics*, Journal, pp. 405-420, Vol. 56, n.º 4.
- ³ TTIP – Transatlantic Trade and Investment Partnership e TPP – Transpacific Partnership.
- ⁴ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- ⁵ O acesso ao saber, neste caso, decorre essencialmente da aquisição de empresas seleccionadas em sectores e geografias diferentes.
- ⁶ Associação das Nações do Sudeste Asiático, fundada em Banguecoque em 1967 pela Tailândia, Malásia, Filipinas, Indonésia e Singapura, a que depois aderiram o Brunei, o Vietname, o Laos, o Camboja e a Birmânia (hoje Myanmar).
- ⁷ Economic Outlook for Southeast Asia, China and India (2018).
- ⁸ Na competição com o Japão a China ganhou em 2015 o concurso para a construção da linha de alta velocidade entre Jacarta e Bandung, no valor de 5 mil milhões de USD e está entre os concorrentes seleccionados para a construção da linha Singapura – Kuala Lumpur no valor previsto de 20 mil milhões de USD.
- ⁹ Países como a Indonésia e o Vietname têm já em projecto a construção de centrais de energia nuclear, o que toda a região vê como necessário para fazer face à poluição de combustíveis fósseis.
- ¹⁰ Raymond Feddema – *The Southeast Asian Approach Towards The South China Sea. Conflict Resolution From a Comprehensive Security Perspective*, In *Comprehensive Security in Asia*. Edit. RADTKE, Kurt W. & FEDDEMA, Raymond.